

## O problema da ideologia do progresso na historiografia marxista sobre a alvorada do capitalismo: os pontos cegos e a perspectiva frankfurtiana

Pedro Rocha de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Através de uma análise de obras de Robert Brenner, Christopher Hill, Andy Wood e Neal Wood, propomos caracterizar, dentro da historiografia marxista a respeito da alvorada do capitalismo, uma corrente de pensamento que, focada no potencial dialético intrínseco à civilização burguesa, efetivamente adota para a construção do seu discurso sobre a história um ponto de vista simpático ao processo de modernização e, por isso impregnado dos valores das elites responsáveis pela perpetração da acumulação primitiva. Mostramos como esse ponto de vista – que é, afinal, de classe – implica uma consideração parcial das fontes, com consequências sérias para a apreciação do significado histórico das rebeliões populares do século XVI. Sugerimos que uma perspectiva historiográfica diferente é encontrada na obra de Peter Linebaugh e Michael Rediker, e apontamos certas afinidades entre essa obra e a concepção do desenvolvimento civilizacional moderno contido na *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, segundo a qual a violência intrínseca da socialização capitalista, ao invés de ser o avesso dialético, é a expressão direta das ideias modernas “progressistas”.

**Palavras-chave:** Acumulação primitiva, Modernidade, Modernização, Dialética do Esclarecimento, Peter Linebaugh e Michael Rediker

**Abstract:** The paper analyses works by Brenner, Hill, A. Wood and N. Wood to characterize a current of Marxist historiography which, because of its insistence on the dialectic potential of bourgeois civilization, effectively adopts a point of view that is sympathetic to the process of modernization, and thus impregnated by the values of the early modern elites responsible for the perpetration of primitive accumulation. This point of view is shown to involve a partial consideration of the sources, with serious consequences for the assessment of the social disturbances of the 16<sup>th</sup> century. It is suggested that an alternative historiographical perspective can be found in the work of Peter Linebaugh and Michael Rediker. Affinities are shown between that work and the conception of modernity contained in the *Dialectics of Enlightenment* of Adorno and Horkheimer, who argue that the violence intrinsic to capitalist socialization is not the dialectical obverse of “progressive” modern ideals, but their direct expression.

**Keywords:** Primitive accumulation, Modernity, Modernization, Dialectics of Enlightenment, Peter Linebaugh and Michael Rediker

A historiografia sobre a origem do capitalismo esteve desde sempre marcada por uma ideologia de progresso. Karl Marx situou os problemas dessa historiografia num lugar privilegiado tanto no *Manifesto Comunista* quanto no *Capital*. É do primeiro texto que data a ideia de que a revolução burguesa, por um lado, e o desenvolvimento técnico capitalista, por outro, haviam aberto uma temporalidade especial, a qual tinha o atributo único na história da humanidade de poder sepultar para sempre a luta de classes, a

---

<sup>1</sup> UNIRIO.

exploração do homem pelo homem, e a necessidade material<sup>2</sup>. Já foi observado o quanto Marx era tributário do entusiasmo tipicamente moderno pela própria modernidade<sup>3</sup>. Uma expressão particularmente bizarra desse entusiasmo é o elogio à colonização britânica da Índia como “a maior e, para falar a verdade, a única revolução social de que se tem notícia na ásia Ásia”, num artigo para o *New-York Daily Tribune* que não é insensível às violências imperialistas, mas termina com uma citação de Goethe sobre o bem que o sofrimento faz à alma humana<sup>4</sup>.

Contudo, no famoso Capítulo 24 do Livro 1 de sua ópera magna, Marx é menos dúbio em sua denúncia dos horrores da “assim chamada acumulação primitiva”, o processo brutal através do qual a agricultura de subsistência começou a ser substituída pelo capitalismo agrário-mercantil na Inglaterra<sup>5</sup>. Aí, o que o autor legou foi um relato contundente de como a civilização moderna foi inaugurada por um processo violento de expropriação; de como os trabalhadores da era moderna, “livres como pássaros”<sup>6</sup>, originaram de populações relutantes em abandonar seu modo de vida pré-moderno, e que tiveram que ser coagidas através dos subterfúgios jurídicos do Estado moderno nascente, as torturas de políticas penais desumanas, e o brutal projeto pedagógico das *workhouses*. A acumulação primitiva é retratada por Marx como um período de violência econômica e extraeconômica explícita, quando a ação dos setores sociais interessados no desenvolvimento do capitalismo nascente têm muito pouco do potencial civilizatório da sociedade burguesa plena cuja atmosfera de permeabilidade política é evocada pelo *Manifesto* ou nas “Exigências do Partido Comunista na Alemanha”, que fala de planos para o dia em que os socialistas, eleitos pelo proletariado organizado, obtiverem a maioria parlamentar<sup>7</sup>.

### **Robert Brenner: “capitalismo ou desenvolvimento econômico bem sucedido”**

Ao longo do século XX, contudo, e mesmo nos tempos que correm, grande parte da

---

2 Marx, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

3 Berman, Marshall. **All that is solid melts into air**. New York: Penguin Books, 1988.

4 Marx, Karl. “The British Rule in India”. In: **New-York Herald Tribune**, June 25, 1853. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>. Acesso em março de 2019.

5 Marx, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017. Capítulo 24.

6 Marx, **Capital I**, p. 805. A novidade do “proletariado inteiramente livre” produzido pela acumulação primitiva na tradução brasileira é, no alemão original, “*vogelfrei*”.

7 Marx, Karl. Engels, Friedrich. “Demands of the communist party in Germany”. Março de 1848, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/03/24.htm>. Acesso em março de 2019.

historiografia sobre a origem do capitalismo, ou sobre a alvorada da sociedade moderna, manobrou ao redor do conceito de acumulação primitiva, optando por abordagens pautadas pela compreensão da ascensão da burguesia e das instituições modernas como marcas de um progresso civilizatório positivo. Nesse sentido, a “ortodoxia” da Segunda Internacional apresentava a sociedade burguesa como uma etapa necessária entre as trevas do feudalismo e a emancipação socialista futura. E se a crítica da ortodoxia cuidou de combater o mecanicismo dessa abordagem, não desviou-se da avaliação positiva a respeito da sociabilidade moderna. É o que se vê no trabalho de Robert Brenner, que foi o pivô dessa crítica no que tange à historiografia sobre o berço do capitalismo, a Inglaterra dos séculos XVI-XVII.

Num trabalho publicado em 1976, intitulado “A estrutura de classes agrária e o desenvolvimento industrial na Europa pré-industrial”<sup>8</sup>, Brenner procurava chamar atenção sobre a dimensão política da ascensão do capitalismo. Contra uma leitura vulgar da “contradição entre forças produtivas e relações de produção”, e um retrato da derrocada da sociedade feudal resultante sobretudo de fenômenos puramente econômicos, o autor argumentava ser fundamental compreender a atuação política específica dos setores interessados na emergência do capitalismo agrário-mercantil, especialmente os terratenentes não-nobres e os mercadores. Sem o protagonismo desses grupos, e a imposição de seus interesses econômicos – ou seja, sem a luta de classes – o “desenvolvimento econômico de longo prazo” era impensável, e também a “transição do feudalismo para o capitalismo”<sup>9</sup>.

Ao mesmo tempo, Brenner não abandonava a perspectiva do “desenvolvimento”. O emprego dessa terminologia traía algo em comum com a ortodoxia marxista que o autor vinha criticar: a apreciação positiva do processo histórico que dá origem à modernidade. Assim, Brenner fala de “capitalismo ou desenvolvimento econômico bem-sucedido”<sup>10</sup>. Analisa a “parceria” entre os novos terratenentes capitalistas ingleses do século XVI e os camponeses que, depois de espoliados, precisavam engajar-se em processos mercantis de lida com a terra, de tal

---

8 Brenner, Robert. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. **Past & Present**, No. 70 (Feb., 1976), pp. 30-75. Uma detalhada reconstituição dos “debates Brenner” é fornecida por Dimmock, Spencer. **The origin of capitalism in England, 1400-1600**. Boston: Brill, 2014, capítulo I

9 Brenner, op. cit. p. 32.

10 Brenner, op. cit. p 62

modo a “liberar [os terratenentes], deixando-os livres para implementar as inovações técnicas (...) e para fazer os investimentos de grande porte (...) que eram em geral impraticáveis nas fazendas pequenas, não-cercadas [*unenclosed*], geridas pelos camponeses”<sup>11</sup>. Fala, ainda, de “aprimoramentos” (*improvements*) nas terras – repetindo um termo evidentemente valorativo popularizado pelos apologistas do cercamento dos campos do século XVI – ou seja, pela gente que havia perpetrado os horrores da acumulação primitiva discutidos por Marx<sup>12</sup>.

Num estudo posterior<sup>13</sup>, Brenner focou mais especificamente na atuação político-econômica dos mercadores londrinos nos séculos XVI-XVII, período que, aliás, recebeu comparativamente menos atenção de Marx do capítulo sobre acumulação primitiva, concentrado nos eventos cronologicamente mais próximos à eclosão da revolução industrial. Aí, Brenner antepõe, de um lado, as classes mercantis, parlamentaristas e puritanas, à aristocracia tradicional, antiparlamentarista e católica. Relaciona as transformações políticas tipicamente modernas – o enfraquecimento dos bispos, o controle parlamentar sobre os recursos públicos, a formação de um exército nacional regular, e o enfraquecimento da autoridade monárquica – à atuação das classes mercantis, ou das alianças em que elas estavam presentes. Chama atenção sobre o caráter “relativamente democrático”<sup>14</sup> da instituição parlamentar e dos mecanismos de campanha e petição empregado pelas “classes parlamentares”. O “antiabsolutismo” teria sido fortalecido pelos “desenvolvimentos socioeconômicos” do século XVII, na medida que “o capitalismo agrário se consolidou crescentemente e o aprimoramento da agricultura acelerou”<sup>15</sup>.

Assim, de costas para os horrores da acumulação primitiva, Brenner é tributário de uma concepção de progresso econômico que, devido às relações de classe nele implicadas, envolveria um progresso político que apontaria para uma suposta abertura das possibilidades históricas contidas nas instituições burguesas. No entanto, é digno de nota que essa possibilidade é avaliada *na medida que* a brutalidade do processo de acumulação primitiva desaparece por trás de um discurso sobre os “aprimoramentos”

---

11 Ibid. p. 64

12 Ver a observação de Comninel sobre o emprego do termo pela literatura entusiasmada com o progresso capitalista em Comninel, George C. “English Feudalism and the Origins of Capitalism”. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 27, No. 4, July 2000, p. 37.

13 Brenner, Robert. **Merchants and revolution**. London: Verso, 2003. A obra é originalmente de 1993

14 Brenner, op. cit. p. 710.

15 Ibid. p. 711

econômicos da alvorada do capitalismo. Como fica o “caráter relativamente democrático” das instituições modernas frente aos “momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência”<sup>16</sup> – frente às crianças perdendo os membros no avançado maquinário fabril, os trabalhadores que dormiam em pé, os vagabundos famintos sendo marcados a ferro – de que nos fala Marx? O notável – na verdade, o intolerável, desde um ponto de vista historiográfico responsável – é que Brenner simplesmente não tenha sequer levado em conta *a questão sobre essa relação* para formular seus juízos promissores a respeito da sociedade moderna.

### **Andy Wood: as “pessoas comuns” como “sujeitos” da modernidade**

Em grande parte, a historiografia posterior sobre a alvorada da modernidade inglesa teve a obra de Brenner como baliza mas, mesmo quando isso não aconteceu, em geral não conseguiu (nem tentou) escapar da referência progressivista, da apreciação positiva do processo de modernização, e do bizarro silêncio diante da relação entre essa apreciação e a violência originária do capitalismo. Com isso, a consciência dos terríveis custos humanos envolvidos na ascensão da modernidade, proporcionada pelo capítulo de Marx sobre a acumulação primitiva, foi historiograficamente recalcada. Deu-se isso mesmo com as tentativas originais de atentar não à ação das elites econômicas, mas às massas acudadas pelo processo de modernização, como exemplificado pela obra de Andy Wood.

A. Wood, realizou um esforço recente de interpretação das revoltas populares da Era Tudor, período dinástico que coincide com as primeiras etapas do processo de modernização econômica, social e política na Inglaterra<sup>17</sup>. O autor parte do que ele identifica como uma “nova história social da micropolítica” na alvorada da modernidade. Essa historiografia se debruça sobre a política no nível das aldeias e das paróquias, e se opõe à abordagem mais tradicional centrada nas vidas e afazeres da aristocracia, dos conselhos monárquicos e das oligarquias londrinas. Nesse sentido específico, A. Wood se antepõe à historiografia marxista consagrada construída em torno do “debate Brenner”. Importantes referências para A. Wood são os trabalhos de

---

16 Marx, **O capital I**. p. 787

17 Wood, Andy. **The 1549 Rebellions and the Making of Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

Steve Hindle<sup>18</sup> e Michael J. Braddick<sup>19</sup>, que focaram nas transformações impostas pela centralização estatal da Era Tudor sobre a forma de vida das “pessoas comuns”, através de expressões institucionais, judiciais, econômicas, etc. A. Wood pretende trabalhar com essas transformações, utilizando-se, no entanto, de uma ênfase nuançada: sua atenção está voltada para a maneira como as “pessoas comuns” teriam sido não o *objeto* da política de centralização projetada pela Coroa, mas *sujeitos* da implementação dessas políticas, enquanto participantes ativos dela.

Nesse sentido, A. Wood procura enfatizar o protagonismo das “pessoas comuns” na construção da sociedade moderna, enquanto caracteriza os “conflitos de classe”<sup>20</sup> da Era Tudor também como modernos num sentido específico. Parte de um discurso sobre o “papel neutro” ou “de mediação” da Coroa, e sugere que essa dimensão do Estado moderno teria sido explorada pela atividade política das pessoas comuns. Nessa medida, atenta às “atitudes frente à lei, à ordem e à formação estatal”, e conclui que, “longe de ver o Estado como o braço coercitivo da classe dominante, os rebeldes do final da Idade Média estavam mais inclinados a percebê-lo como uma agência que precisava ser fortalecida contra a violência e a corrupção” das elites<sup>21</sup>.

O autor afirma que dois tipos fundamentais de evidência sugerem, de início, essa leitura. Em primeiro lugar, estão os relatos da época e documentos produzidos pelos revoltosos, nos quais aparece uma linguagem política que peticiona à Coroa que intervenha contra os males socioeconômicos: o senhorio corrupto, os clérigos gananciosos, os mercantes inescrupulosos, o preço do pão, etc. Através das petições, produzidas no calor dos levantes, os rebeldes – ou, pelo menos, os seus porta-vozes – escolheriam o monarca como interlocutor, e verbalmente depositariam nele sua esperança na resolução de seus problemas<sup>22</sup>. Nesse sentido, na interpretação de A. Wood, os revoltosos, enquanto atores políticos, reconheceriam o papel de neutralidade institucional da Coroa, bem como suas atribuições de regulação política e econômica:

---

18 Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640**. New York: Palgrave, 2002

19 Braddick, Michael J. **State formation in Early Modern England, 1550-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

20 A. Wood, op. cit. p. xvii

21 Ibid. p. 7

22 Existe, evidentemente, a documentação que suporta a argumentação de A. Wood. A questão é se tal documentação é realmente representativa. Além do material citado pelo próprio A. Wood, ver também a seleção de material primário apresentada em Fletcher, Anthony. **MacCulloch, Diarmaid. Tudor Rebellions**. London: Pearson, 2008, pp. 146s., 156s.

ou seja, os revoltosos relacionar-se-iam com uma instância fundamentalmente administrativa – com o Estado moderno.

O segundo tipo de evidência que A. Wood arrola para suportar o caráter moderno do protagonismo popular da Era Tudor é o aumento do litígio. Há evidência volumosa de que o período foi marcado por uma intensificação significativa da atividade das cortes de justiça controladas direta ou indiretamente pela coroa, cada vez mais buscadas pelas chamadas “pessoas comuns”. Tal intensificação aconteceria, por um lado, em detrimento das cortes locais que encontravam-se sob o domínio da aristocracia, e que, por esse motivo, tinham sua funcionalidade comprometida no caso de disputas que tangessem direta ou indiretamente os direitos senhoriais. Por outro lado, também se verifica que disputas entre pessoas comuns, que antes eram solucionadas extrajudicialmente através de acordos formais testemunhados pelos próprios aldeões, foram passando a ser transformadas em ações legais nas cortes da Coroa<sup>23</sup>. Nesse sentido, a atividade judicial quotidiana estaria se conformando à reconfiguração institucional imposta pela centralização estatal da Era Tudor, o que, na interpretação de A. Wood, significaria uma legitimação desse processo de centralização por parte das “pessoas comuns”.

Por um lado, as escolhas teóricas feitas por A. Wood estão baseadas na evidência disponível, e ajudam-no a construir seu argumento a respeito da modernidade da ação política popular. Por outro lado, os argumentos fundamentais estão baseados numa leitura parcial da evidência, e numa interpretação tendenciosa dela. Se é possível, sem dúvida, identificar um código de expressão e de comportamento, por parte dos rebeldes da Era Tudor, que passa por um respeito à estrutura monárquica de poder, e de seu reconhecimento como estrutura administrativa, é questionável se é *essa* característica da revolta popular que deve ser empregada como chave de leitura do complexo fenômeno em pauta. Quando voltamos nossa atenção, por exemplo, para a chamada “Revolta do Livro de Oração” deflagrada em 1549 no extremo Oeste inglês, o quadro que se delineia vai no sentido oposto ao do reconhecimento político da atividade modernizante da Coroa. Aí, encontramos multidões que lutaram pela manutenção do costume religioso e

---

23 C.f. Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640**. New York: Palgrave, 2002, pp. 69, 99, 117. Esse incremento na atividade das cortes é identificado por Hindle como um dos sinais particularmente significativos de que o Estado inglês estava sofrendo modificações na alvorada da modernidade, e de que uma das principais consequências de tais modificações era uma capacidade da Coroa de agir diretamente sobre a vida das pessoas comuns.

do idioma locais, rebatendo a padronização religiosa imposta pelo aparato monárquico<sup>24</sup>. Como parte da Reforma Inglesa, tal padronização era expressão da conformação moderna do Estado inglês, projetando a unidade nacional no campo dos costumes e da religião e, pela primeira vez na história inglesa, afirmando a monarquia como poder incontestado e incomparável em toda a Inglaterra<sup>25</sup>, às expensas do Papado Romano. Nesse sentido, revoltar-se contra a Reforma Inglesa parece ser revoltar-se *contra* a modernização estatal, de modo que a Revolta do Livro de Oração cai fora do esquema pretendido de A. Wood.

Da mesma forma, não encontramos uma configuração típica da modernidade política quando atentamos para o fenômeno rebelde dos “Homens Acampados” de Yorkshire, em 1549. Aí, dificilmente conseguiremos montar a imagem de um reclame popular por um Estado mediador de conflitos: tudo indica que o discurso que inflamava os acampamentos era alimentado por uma profecia milenarista de que “nenhum rei haveria mais de governar a Inglaterra; e os nobres e Gentis-homens haveriam de ser destruídos; e o Reino haveria de ser governado por quatro governadores que seriam eleitos e designados pela Gente Comum, presidindo um Parlamento amotinado”<sup>26</sup>. Nesse quadro, o empoderamento popular subentendido parece evocar um esquema incompatível com a verticalização envolvida na modernidade política, na qual a instituição estatal, enquanto mediadora, concentra as competências políticas, administrativas e militares. Com os olhos voltados na direção oposta à da modernidade política, o imaginário dos revoltosos, nesse caso, está associado aos esquemas de poder que regiam a democracia aldeã medieval, que tinha suas origens mais remotas na Europa pagã, e que vinha sendo filtrado através dos séculos pelo milenarismo cristão radical.

Ademais, também é importante observar que nenhuma documentação disponível nos permite averiguar diretamente o que de fato pensava a “gente comum” amotinada. A cultura oral que orientava seu imaginário não foi capaz de sobreviver à violência da modernização capitalista. Contudo, diante desse fato, a escolha metodológica de A. Wood é empregar a expressão “pessoas comuns” num sentido semelhante ao de “Terceiro Estado”, consagrado pela historiografia da Revolução Francesa. Nesse caso,

---

24 Fletcher, Anthony. MacCulloch, Diarmaid. **Tudor Rebellions**. London: Pearson, 2008. pp. 56ss, 62ss.

25 Conforme formulado explicitamente no *Act in Restraint of Appeals* de 1533.

26 Wood, A. Op. cit., p. 54



se os “*commons*” são qualquer um que não pertence à alta aristocracia, então incluiríamos em tal grupo parte da *gentry* (a pequena nobreza), as oligarquias citadinas e os proprietários rurais – setores sociais componentes da elite estendida, gente letrada, capaz de redigir documentos, e, em grande parte, diretamente interessada na ascensão do capitalismo. Uma vez que representavam uma parcela minúscula da sociedade inglesa, esses setores dificilmente poderiam ser chamados de “comuns”. Porém, sua falta de representatividade demográfica é escondida por trás de um abundante legado documental: entre diários, cartas, tratados políticos, testamentos, relações de bens, etc., esse setor social deixou abundante documentação, inclusive na medida que associava-se às rebeliões populares e redigia demandas políticas de ocasião, partindo do ponto de encontro entre seus interesses objetivos e aqueles do baixo campesinato e dos jornaleiros urbanos: em especial, o anticlericalismo e a revolta contra a aristocracia. Ao mesmo tempo, a elite não-nobre encontrava uma forma de inserir, entre aquelas demandas políticas, exigências compatíveis com o cercamento dos campos, tais como a redução do imposto sobre os rebanhos de ovelhas, as quais tinham evidente impacto negativo sobre a vida da maioria da população, dependente da agricultura de subsistência.

A mistura estranha de demandas de elite e de demandas populares nas petições dos revoltosos na alvorada da modernidade foi notada pela literatura, e sua interpretação em geral leva em conta a composição complexa daquilo que se entende por “gente comum”<sup>27</sup>. Ao mesmo tempo, desde o ponto de vista dos rebeldes, há evidências de que a terminologia política não causava confusão. Um exemplo eloquente disso pode ser extraído da revolta do Lincolnshire de 1536. Nela, inicialmente, massas de pequenos camponeses e pequenos artesãos uniram-se aos médios proprietários locais e obrigaram a *gentry* a negociar suas demandas com os emissários reais. Durante essas negociações, contudo, foi extraído um acordo desfavorável para os setores populares que, mais tarde, foram derrotados por tropas a serviço da aristocracia e da Coroa. No inquérito de traição subsequentemente instaurado, uma liderança popular lamentou sua união momentânea com a *gentry* declarando: “que filhos de umas putas fomos por não termos matado os gentis-homens; sempre achei que nos trairiam”<sup>28</sup>. Essa fala, em contexto, expressa a consciência dos setores populares sobre a falsidade da aceção vaga da expressão

---

27 C.f. Fletcher, MacCulloch, p. 48

28 Ibid. p. 30.

“pessoas comuns”: os limites da união política pontual com a pequena nobreza e com os proprietários de terra.

Dito isso, podemos nos debruçar sobre o aspecto mais característico da abordagem de A. Wood: sua atenção metodológica à “virada linguística” para a leitura da atividade política popular na alvorada da modernidade. O autor nos diz que “historiadores materialistas tenderam a rejeitar o foco histórico sobre a linguagem, considerando-o incompatível com a análise do conflito de classe”<sup>29</sup>, e anuncia sua intenção de remediar essa omissão. Tal intenção, contudo, é estranhíssima: *como* realizar análise da linguagem de setores sociais que eram em grande parte analfabetos<sup>30</sup> e, portanto, não deixaram testemunho escrito direto a respeito de si mesmos? Essa pergunta só pode ser respondida ressaltando a maneira tendenciosa com que A. Wood explora o significado turvo da expressão “pessoas comuns”. Para que sua escolha metodológica seja realizável, o autor acaba obrigatoriamente focando num setor social muito específico, que já não pode ser simplesmente identificado com o sentido mais propriamente popular daquela expressão. E então os limites muito estreitos do trabalho de A. Wood ficam transparentes. Por um lado, sua obra não teria interesse se seu objetivo fosse demonstrar o engajamento das elites não-nobres no processo de modernização: esse trabalho já foi feito por Robert Brenner, Christopher Hill e outros. Não haveria novidade alguma em pinçar os setores proprietários de dentro do universo da “gente comum” e mostrar sua relação umbilical com a ascensão do estado e do capitalismo. Assim, o argumento de A. Wood depende da acepção de “gente comum” num sentido amplo, englobando os setores populares. Mas, então, a evidência passa a ser não-representativa, a interpretação parcial, e a metodologia inadequada.

Vimos como existem significativos contraexemplos da interpretação moderna do peticionamento “popular” à Coroa durante as rebeliões da Era Tudor. O outro baluarte da interpretação de A. Wood, o aumento do litígio, pode ser alvo de uma crítica semelhante. O próprio Hindle, que é uma das fontes para o empreendimento da “historiografia micropolítica” de A. Wood, fornece elementos para argumentarmos que a maioria esmagadora da população urbana e rural ficou de fora do processo de

---

29 A. Wood *op. cit.* p. 17

30 Nem mesmo parece haver estimativas confiáveis para a porcentagem de “pessoas comuns” capazes de ler e escrever no século XVI; no século XVII, a sugestão é que apenas 25% da população masculina inglesa sabia escrever seus próprios nomes. (Bucholz, R. O. Key, Newton. **Early modern England, 1485-1714: a narrative history**. Oxford: Blackwell, 2004, pp. 163-4).

judicialização da vida que tem lugar na alvorada da modernidade inglesa, e isso pelo simples fato de que o litígio envolvia o pagamento de custas caras demais<sup>31</sup>. Nesse sentido, apenas as elites urbanas e aldeãs – os *yeomen*, fazendeiros detentores de extensas posses de terra, mas muito pouco representativos da população rural, e portanto muito pouco “comuns” – teriam participado do aumento do litígio no período.

Desse modo, basta que alarguemos nossa percepção da evidência disponível, ou que aprofundemos nossa compreensão dessa evidência, para que as teses centrais de A. Wood mostrem uma face altamente objetável. Mais do que a fragilidade do argumento desse autor em particular, contudo, o que nos interessa é mostrar a ideologia em que está metodologicamente fundamentado. Ao transformar a luta popular na alvorada da modernidade numa luta moderna por reconhecimento junto ao Estado, A. Wood atribui às massas acoçadas pelo processo de modernização uma mirada positiva diante desse mesmo processo. É como se, atraídas pela eficiente neutralidade do Estado moderno, essas massas estivessem historicamente inclinadas a, de bom grado, abandonar o paradigma pré-moderno de subsistência econômica e organização local. Contudo, para demonstrar essa atração, o autor só dispõe de evidência concernente à parte da “gente comum” que tinha interesses próximos aos das elites proprietárias.

Assim, quando observamos o comportamento teórico de A. Wood, o que vemos é um historiador que, imbuído da ideologia do progresso histórico, e da necessidade ideológica de positivar o Estado moderno, não enxerga como tornar os setores populares historiograficamente relevantes, exceto pintando sua participação do processo de modernização. Ao fazer isso, o historiador assume – em imaginação, e a despeito de si mesmo – a mesma posição dos ideólogos do Estado moderno, membros das classes proprietárias, que, como parte das transformações econômico-sociais que empreenderam, precisavam praticar a violência e a exclusão: propagandeavam os *enclosures* e a agricultura comercial pastoril desde o ponto de vista da eficiência econômica, obviamente desprezando a perspectiva daquelas populações que tiveram que ser expulsas da terra para que o capitalismo agrário-mercantil lá se implantasse.

### **Christopher Hill: as “origens intelectuais” contra a “multidão calhorda”**

Andy Wood é motivado, por um lado, por uma intenção de revisão do marxismo

---

31 Hindle, op. cit. pp. 84, 104, 110.

tradicional e, por outro, pela ideologia de valorização da modernidade histórica. Mostramos como a manutenção dessa última posição se dá através de uma interpretação tendenciosa da evidência. Em seguida, mostraremos como A. Wood compartilha com o marxismo tradicional que intencionava criticar não apenas a ideologia modernizante, mas também a tendenciosidade diante da evidência com que a sustenta. Para tanto, tomaremos como exemplo daquele marxismo tradicional o trabalho de Christopher Hill sobre “origens intelectuais da revolução inglesa”.<sup>32</sup>

Em alguns sentidos importantes, a obra de Hill se insere na mesma linhagem historiográfica em que Brenner trabalha: enfatiza o aspecto político da transição para a sociedade moderna, focando na formação intelectual da classe média inglesa. O ponto de partida de seu argumento é a consideração do caráter de momentosa novidade histórica da execução pública de Carlos I, consequência da Guerra Civil inglesa. A decapitação do monarca, conforme apresenta o autor, colocou enormes exigências sobre a imaginação política dos ingleses. “Os homens de 1789 tiveram a experiência inglesa em que se apoiar” – a guerra civil que transitara para um protetorado e posteriormente uma monarquia: um resultado que consistia no “avesso da anarquia subversiva. Mas a Inglaterra do século XVII podia dispor de muito pouco que, desde o passado, a pudesse orientar.”<sup>33</sup> E continua: “A existência de reis, lordes e bispos na Inglaterra era tão antiga quanto os mais antigos registros históricos. O pensamento de todos os ingleses era dominado pela Igreja estabelecida.” Na década de 1640, contudo, as classes respeitadas deixariam de sê-lo, as instituições veneráveis cairiam por terra, e o Rei “seria executado em nome de seu povo. Como é que as pessoas criaram coragem para realizar essas coisas inauditas?”<sup>34</sup>

A maneira como Hill começa a responder essa pergunta já nos diz muito. Procurando a inspiração para o regicídio e o turbilhonamento social, Hill descarta rapidamente a cultura popular de revolta que havia animado a Idade Média – e, em 1381, havia culminado numa rebelião generalizada que pôs fim aos direitos feudais dos senhores<sup>35</sup>. É verdade, nos diz o autor, que, “ao longo da Idade Média, os tecelões se haviam associado à heresia, e os pobres das cidades às revoltas milenaristas.” Isso

---

32 Hill, Christopher. **Intellectual Origins of the English Revolution**. New York: Oxford University Press, 1980

33 Ibid. p. 4.

34 Ibid. p. 5.

35 C.f. Hilton, Rodney. **Bond men made free**. London: Routledge, 2003.

poderia colocar as classes populares no rol da luta contra a “Igreja estabelecida” que dominava o pensamento dos ingleses. Contudo, nos diz Hill, não podemos buscar aí a origem do imaginário de revolta da Guerra Civil, porque “as heresias e as revoltas haviam sido suprimidas antes que as ideias a elas associadas tivessem atingido a dignidade de um sistema”<sup>36</sup>. A ideologia do progresso incide aqui com eloquência para condicionar o trabalho do historiador, e torná-lo indiferente aos processos políticos e culturais que não conspiraram para a produção do tipo de ideia política que caracteriza a modernidade. Os valores intelectuais modernos – no caso, a sistematicidade do pensamento, tão cara à filosofia clássica burguesa – servem de filtro para a historiografia das ideias pré-modernas: só interessa olhar para aquelas formas de pensar e de agir que se comunicam diretamente com as festejadas instituições da modernidade política.

A primeira consequência de tal escolha metodológica, na obra de Hill, é obviamente uma determinada seleção de material: para entender como os Ingleses puderam imaginar a luta contra a monarquia, os lordes e os bispos, o autor volta sua atenção para a ideologia da classe média, do “*middling sort*” que se relacionava de perto com o empreendimento capitalista marítimo e agrário-mercantil. O trabalho historiográfico precisa partir de algum lugar e, portanto, essa seleção de material não é fundamentalmente objetável. Por outro lado, o que convida oposição é a maneira parcial e comprometida como esse material selecionado será interpretado. A partir de abundante documentação, Hill procura definir uma ideologia de classe média em termos de um pensamento científico a respeito da natureza, da política e da economia, ao mesmo tempo que atribui aos elaboradores e portadores desse pensamento a responsabilidade sobre o conteúdo republicano da Guerra Civil Inglesa. Tal conteúdo republicano, por sua vez, é elogiado em termos de um pré-iluminismo, e de um prenúncio do ideário democrático moderno. Mas o argumento permanece marcadamente indiferente ao fato de que as classes empreendedoras da alvorada da modernidade estavam obviamente comprometidas com a violência da acumulação primitiva de capital, o que transparecia em aspectos de sua cultura política e científica.

Um dos baluartes da argumentação de Hill é a maneira como as “ciências práticas” ou “artes mecânicas” – os *crafts* – necessariamente envolviam uma

---

36 Hill, op. cit. p. 6

cooperação entre seus praticantes, e fomentavam valores intelectualmente libertadores devido à ênfase na observação e na experimentação. O autor começa estabelecendo que tais artes mecânicas estavam muito difundidas entre as classes médias: “a ciência do reinado de Elizabeth era obra de mercadores e de artesãos, e não de dignatários; era realizada em Londres, e não em Oxford ou em Cambridge; era feita no vernáculo, e não em Latim.”<sup>37</sup> Ao mesmo tempo, afirma que “em sua literatura científica escrita em vernáculo, e no nível de seu *entendimento científico popular*, a Inglaterra era única” na Europa<sup>38</sup>. Nessa última afirmativa, encontramos, com respeito à expressão “popular”, o mesmo emprego dúbio que, em Andy Wood, caracteriza o emprego de “pessoas comuns”. Como vimos, nas primeiras páginas do livro, o próprio Hill se encarrega de jogar para escanteio uma ideologia popular, herege, que não alcançou o estatuto de sistema; quando, mais adiante, chama a ideologia de classe média de “entendimento científico popular”, está cuidando de apagar a tensão histórica contida naquele processo de eliminação – apagar a erradicação de um pensamento pré-moderno inadequado à modernidade e sua substituição por um pensamento moderno que tinha uma origem social muito mais estrita, e ligada a interesses econômicos muito mais específicos, do que o milenarismo camponês, de amplo alcance social, herdado do medievo.

De todo modo, Hill nos mostra que os valores cognitivos do iluminismo futuro parecem bem entranhados nos tratados da ciência “popular” do século XVI inglês. Num então famoso manual de matemática, “os leitores não aprendiam apenas matemática (...): também aprendiam que 'homem nenhum deve acreditar em coisa alguma sem demonstração da razão'. Todas as afirmativas (...) deveriam ser testadas pelo raciocínio matemático e pela observação pessoal.”<sup>39</sup> A forma didática e dedutiva como eram escritos os manuais de artes mecânicas apostavam na autonomia intelectual dos leitores: “sua intenção deliberada era ajudar os 'mecânicos' a educarem a si mesmos.”<sup>40</sup>

Hill ainda arrola evidências da conexão entre esse pendor por observação e autonomia e os princípios individualistas da teologia protestante<sup>41</sup> e, para completar o apanágio esclarecido, ressalta como tal movimento intelectual estava ligado a um projeto de construção nacional. Citando textos do período, nos diz que os tradutores dos

---

37 Ibid. p. 15

38 Ibid. p. 16. Os itálicos são nossos.

39 Ibid. p. 17

40 Ibid. p. 20

41 Ibid. p. 7

tratados clássicos de geometria, e os produtores dos manuais de artes mecânicas “tinham por alvo um 'tipo mediano de homem', entre 'a multidão calhorda e os sábios eruditos', e viam a criação de um público laico esclarecido como um bastião da verdadeira religião e da independência nacional, em um período em que tanto o protestantismo quanto a existência da Inglaterra como um estado independente pareciam ameaçados pela Espanha.”<sup>42</sup>

A multidão calhorda é, evidentemente, uma ralé desprovida de pensamento sistemático, imbuída de imaginário milenarista (o qual às vezes era radicalmente democrático, como vimos acima, mas pouco importa). A expressão é evocativa da “multidão vulgar” que, nos documentos oficiais e pelos parlamentares do início do século XVII, tinha que ser metida nos porões dos navios e enviada para a “prisão sem muros” do Novo Mundo<sup>43</sup>. Quem assim votava e decidia, e assim argumentava e descrevia, não eram outros se não os sujeitos da modernidade de Brenner, empregando a “relativa democracia” que é obra sua, e os autores do iluminismo *avant la lettre* de Hill.

Finalmente, Hill estuda com detalhes a conexão entre a prática econômica da classe média e o desenvolvimento de sua cultura científica. É assim, por exemplo, que discute a difusão da descoberta dos logaritmos por John Napier. A primeira tabela de logaritmos publicada na Inglaterra foi dedicada à Companhia das Índias Orientais, e obras subsequentes sobre o tema foram dedicados aos Governadores da Companhia<sup>44</sup>. Ora, os logaritmos são fundamentais para a invenção da régua de cálculo, técnicas de agrimensura, cálculo da capacidade de carga de navios, entre outras aplicações. Trata-se, portanto, da aliança de um avanço técnico de enorme importância – o “desenvolvimento das forças produtivas” – com a cultura de autonomia intelectual e o vanguardismo econômico inglês. Contudo, que esse vanguardismo tivesse consequências muito pouco promissoras para as populações indígenas dos territórios americanos explorados pela Companhia das Índias é fato ofuscado pela importância da celebração da modernidade inglesa por Hill<sup>45</sup>. A conexão entre brilhantismo científico e

---

42 Ibid. p. 28

43 Linebaugh, Peter. Rediker, Markus. **The many-headed hydra. Sailors, slaves, commoners and the hidden history of the revolutionary Atlantic**. Boston: Beacon Press, 2000. p. 20

44 Hill, op. cit. pp. 41-42

45 De sua análise dos relatos dos executores do empreendimento colonial da Companhia das Índias, Cave extrai a ideia de que a política indígena era pautada pela “coerção calculada”. Expressão certeira! Cave, Alfred A. **Lethal encounters. Englishmen and Indians in colonial Virginia**. Santa Barbara: Praeger, 2011. p. 52.

econômico, por um lado, e violência colonial, por outro, não concerne ao argumento, embora devesse ser de bastante interesse para uma historiografia que tentasse entender, desde a perspectiva da totalidade, o processo de socialização capitalista e a história do pensamento moderno. Mas a preocupação é dar centralidade à modernização, e enaltece-la desde o ponto de vista de uma suposta civilidade promissora por ela inaugurada.

Os paradoxos oriundos das questões que orbitam o processo de colonização terminam, de todo modo, maculando irremediavelmente o argumento de Hill: tratam-se de momentos em que sua simpatia pelos valores modernos volta-se contra si mesma. Aí, o materialismo da classe média, seu bom-senso prático que a levava a desconfiar do inútil pensamento especulativo dos teólogos, abrindo o caminho para o uso pragmático e esclarecido das faculdades cognitivas, aparece em suas implicações hediondas. O problema fica muito claro quando atentamos, por exemplo, à mudança de perspectiva inserida pelos esclarecidos de Hill no debate sobre o problema da população na Era Tudor.

Sabe-se como uma das marcas da ascensão do capitalismo agrário-mercantil na Inglaterra foi a acelerada substituição da terra arável por pastos de ovelha: primeiramente, para atender a demanda por lã da manufatura dos Países Baixos e, posteriormente, da manufatura doméstica. Em grande medida, é a isso que diz respeito o “cercamento dos campos” que desempenha papel tão importante no texto marxiano sobre a acumulação primitiva. Sua consequência foi a criação de um enorme contingente populacional despossuído e desterrado, que vagava pelo campo em busca de trabalho sazonal, e era obrigado a entregar-se à mendicância e ao banditismo, ocasionalmente à rebelião. Entre os burocratas e as classes letradas, a percepção comum era de que se tratavam de populações excedentes: os textos da época, por falta de acuidade ou por malícia, falam de um crescimento demográfico vertiginoso, e não de transformações econômicas. Não demorou para que as autoridades regionais e a Coroa inglesa mobilizassem contra essa população vagante todo o aparato repressivo de que tinha ao seu dispor, especialmente sob a forma de uma política penal baseada nos castigos físicos: chicotadas, amputações, enforcamento.

Várias figuras da classe média empreendedora admirada por Hill começaram a questionar essa visão, contudo. Uma dessas figuras foi Richard Hakluyt, que Hill nos



apresenta como eminente químico, botânico e integrante de vários dos círculos de letrados que influenciavam e eram influenciados pela classe de “mecânicos”, empreendedores, tradutores, divulgadores, etc<sup>46</sup>. Ocorre que Hakluyt era, também, um dos principais propagandistas da colonização inglesa. Entendeu muito rápido que a suposta superpopulação era apenas uma questão de perspectiva: a colonização resolveria esse problema doméstico na medida que as *plantations* na Irlanda e no além-mar funcionariam como “prisões sem muros”: a deportação, portanto, era a solução para os “enxames de gente à toa” que, na Inglaterra, não tinham utilidade econômica nenhuma<sup>47</sup>, mas que, nas colônias, desempenhariam o trabalho que mais ninguém teria inclinação de realizar.

Há também William Gilbert, para Hill uma importante figura da estirpe de Hakluyt, astrônomo e físico, que “observava os trabalhos nas metalurgias, e conversava com os navegantes enquanto se preparava para escrever”, e dizia que “os verdadeiros filósofos não procuram por conhecimento nos livros, mas nas próprias coisas”. Esse incontestável luminar, ao mesmo tempo, refletia sobre a conexão entre a expropriação da terra arável na Inglaterra e a demanda de trabalho nas colônias, e é possível demonstrar como suas reflexões, bem como as de Hakluyt, têm relação direta com a draconiana política penal de deportação que se estabelece no final do século XVI<sup>48</sup>.

Finalmente, temos Francis Bacon, um dos principais personagens do argumento de Hill, investidor, advogado, homem de Estado e – muito mais tarde – eminente filósofo da ciência. Hill dedica a Bacon um capítulo inteiro, no qual celebra a aliança entre a experimentação científica, a atenção às coisas práticas, e a sua preocupação com os aspectos materiais da administração estatal. E salienta sua arguta percepção: “compartilhava a visão de Hakluyt de que a superpopulação da Inglaterra era apenas relativa: uma resoluta política de drenamento dos pântanos, cultivo das terras selvagens e comuns, colonização da Irlanda” teria como consequência, em breve, nas palavras do próprio Bacon, “antes uma escassez que um amontoado de pessoas”<sup>49</sup>. É claro que, nessa passagem, Hill simplesmente não leva em conta que todos os aspectos daquela “resoluta política” envolviam não apenas a prática direta do cercamento dos

---

46 Hill, op. cit., p. 39

47 Linebaugh, Rediker, op. cit. pp. 15-16.

48 Ibid. p. 56.

49 Hill, op. cit. p. 98

campos, com toda a violência econômica e extraeconômica implicada, mas a superexploração das populações despossuídas nos insalubres trabalhos de drenagem, bem como as violências genocidas do esforço colonial na Irlanda.

Observações semelhantes poderiam ser feitas a respeito de William Petty, figura de destaque na medicina e na economia<sup>50</sup>, mas também veterano da conquista da Irlanda sob Cromwell, e formulador de uma teoria científica sobre as diferenças raciais. Defendia os trabalhos forçados e a escravidão com base num argumento puramente econômico: “por que é que os ladrões insolventes não deveriam ser punidos com a escravidão, ao invés de o serem com a morte? Enquanto escravos, poderão ser forçados a realizar tantos trabalhos, e com um custo tão baixo, quanto a natureza tolerar, com isso tornando-se equivalentes a dois homens integrantes da sociedade, ao invés de um homem dela retirado.”<sup>51</sup> Sua obra publicada postumamente em 1690 atende a todos os requisitos do iluminismo inglês de Hill: trata das coisas sociais desde da perspectiva puramente contábil da eficiência econômica, sem dedicar uma vírgula às questões morais que tanto interessavam ao pensamento medieval: o título, que diz muito, era *Aritmética Política*.<sup>52</sup>

Até mesmo homens como Francis Drake, responsáveis diretos por capítulos memoráveis do genocídio ameríndio, aparecem na obra de Hill apenas como personagens de uma vivaz e progressista troca de ideias sobre navegação, cartografia, fabricação e operação de instrumentos os mais variados, geografia e geologia, e outros avanços científicos relevantes para problemas tecnicamente difíceis. O republicanismo da Guerra Civil teria nascido dessa cooperação de espíritos livres, ambições mundanas, e conexões com o desenvolvimento científico e econômico, e não se indaga o que, então, teria sido originado pelo lado desumano dessas atividades – as deportações em massa, a destruição paulatina e calculada da agricultura de subsistência, o genocídio na Irlanda e na América. Assim, em resumo, é notável o quanto a apresentação das contribuições dessas figuras para a alvorada da modernidade precisa ser apresentada de forma parcial, seletiva, tendenciosa, para que o argumento de Hill funcione, e resulte na imagem de uma ideologia do progresso à qual vale a pena prestar atenção como quem antevê, nela, as promessas dialéticas da modernidade burguesa.

---

50 Ibid. p. 74 n. 2

51 Apud. Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 147.

52 Idem.

As interpretações tendenciosas de Hill, a parcialidade de sua análise documental, são evidência de que seu trabalho está a serviço de uma ideologia que limita e condiciona sua apreciação da história. A necessidade de encarar a modernidade primeva como prenhe das possibilidades históricas da democracia e da cultura intelectual burguesas exige que as implicações entre o capitalismo tecnológico nascente e a brutalidade nua da acumulação primitiva seja simplesmente ignorada.

### **Neal Wood: “reformadores esclarecidos”**

Um herdeiro imediato dos “debates Brenner” é Neal Wood. Seu trabalho sobre os “fundamentos da economia política”<sup>53</sup> tenta traçar uma correlação entre o materialismo cognitivo da classe média letrada do 1500, as origens da ideia de justiça social e o republicanismo burguês. Assim, o autor se debruça sobre uma série de intelectuais da Era Tudor, os quais “parecem haver estado entre os primeiros europeus que se engajaram extensivamente na observação empírica realista das condições sociais e econômicas”, atentando à “informação factual, muitas vezes sob a forma de estatísticas”, em um “procedimento que refletia uma crescente apreciação do processo social e da mudança”<sup>54</sup>. Ou seja, está em jogo a ascensão de uma consciência histórica, a qual, ademais, seria acompanhada por uma consciência social. Sua “expressão persistente e consistente de compaixão pelo sofrimento dos pobres” combinava-se a “um chamado por reforma” que colocava esse grupo de intelectuais “entre os primeiros autores modernos a conceber a legislação como um instrumento poderoso e positivo de transformação social esclarecida”<sup>55</sup>.

É importante notar que o termo coletivo pelo qual N. Wood designa seus intelectuais progressistas – “reformadores” – carrega a implicação importante de que sua consciência social tinha expressão na atuação junto ao Estado. Essa implicação casa com uma leitura acurada de que a Era Tudor foi um período de modernização institucional – ideia que, como vimos, é relevante também para A. Wood. Contudo, além de argumentar através do movimento de modernização institucional, N. Wood também precisa fazer um avaliação a respeito do caráter dessa modernização: na medida

---

53 Wood, Neal. **Foundations of political economy: some early Tudor views on state and society.** London: University of California Press, 1994.

54 N. Wood, op. cit. p. 2.

55 Ibid. p. 3

que seus reformadores progressistas atuaram junto ao Estado, o Estado cristaliza ele mesmo elementos da sua consciência social esclarecida. Nesse sentido, o autor aprecia como o posicionamento teórico dos reformadores reverteu em práticas políticas concretas. “As dificuldades dos ‘pobres impotentes’ – os idosos, enfermos e órfãos que, tradicionalmente, deviam prover por si mesmos – foram, sob o reinado de Eduardo, aliviadas em certa medida pela Lei dos Pobres de 1531 e pela caridade privada”<sup>56</sup>. O argumento é que a consciência social desenvolvida pelos “reformadores” teve consequências institucionais que refletiram positivamente na vida das “pessoas comuns” em sentido amplo: os setores sociais desfavorecidos. N. Wood está ciente do caráter de classe dos formuladores: assume de bom grado que se tratam de membros da elite letrada. Ao mesmo tempo, sugere que sua sensibilidade política extrapolava sua classe social.

Mas a menção à Lei dos Pobres, nesse contexto, é curiosa. Por um lado, é sabido que, através da legislação a respeito da pobreza, os governos Tudor e Stuart inauguraram e mantiveram ações de assistência aos pobres, inclusive através da coleta de impostos especiais<sup>57</sup>. Por outro lado, é notável que as Leis dos Pobres também sejam conhecidas por introduzir uma série de instrumentos de criminalização da pobreza, entre elas a distinção entre “mendigos aptos” e “mendigos inaptos”. Os “idosos, enfermos e viúvas” de que N. Wood nos fala acima compreendiam os “mendigos inaptos”, ou seja, os incapazes de trabalhar, e a eles o Estado reconheceria o direito de mendigar (em determinadas áreas e em determinados horários e sob determinadas condições). Os “mendigos aptos”, contudo, seriam caracterizados como vagabundos voluntários, gente preguiçosa e daninha, sobre os quais o aparato punitivo inglês desencadearia seu inventário volumoso e criativo de torturas<sup>58</sup>.

Se N. Wood supõe que essa dimensão repressiva das Leis dos Pobres tenha talvez escapado ao crivo humanitário dos seus reformadores, é algo que não sabemos: o autor simplesmente *não se debruça sobre essa evidência*. Tampouco lhe parece digno de nota que autores “materialistas”<sup>59</sup>, preocupados com assuntos prosaicos, sejam tão completamente indiferentes ao fato de que as transformações econômicas das quais são

---

56 Ibid. p. 18

57 Bucholz, R. O. Key, Newton. op. cit. pp. 153ss.

58 Ibid. p. 85. Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 18.

59 N. Wood, op. cit. p. 30

defensores tenham consequências tão destrutivas para o grosso da população inglesa.

O primeiro dos “reformadores” tratados no livro de N. Wood, Sir John Fortescue, aparece sobretudo como um expositor da importância da limitação do poder monárquico e denunciador da tirania: “uma lei”, nos diz o arguto cavaleiro, “também é considerada cruel se aumenta a servitude e diminui a liberdade”<sup>60</sup>. Fortescue comemora a existência do Parlamento, ao qual atribui a capacidade dos “ingleses” de livremente perseguirem a abundância material no trabalho da terra. E caracteriza essa terra como especialmente fértil, já que nela “os pastos estão cercados com fossos e sebes”, de modo que “as ovelhas dormem de noite nos campos sem guardas”. De fato, é justamente a preponderância da pecuária sobre a agricultura que faz do homem inglês alguém que “não [é] tão sobrecarregado pelo suor da labuta, de tal modo que vive com mais espírito, como viviam os patriarcas da antiguidade”<sup>61</sup>. A referência explícita ao cercamento dos campos não torna o texto de N. Wood mais sensível à implicação de que os “ingleses” de que Sir Fortescue está tratando são os fazendeiros empreendedores que, através de sutilezas jurídicas e vantagem econômica, acobertados pelo Parlamento e às vezes pela Coroa, estão expulsando da terra os camponeses, substituindo a terra arável por pasto, desencadeando a onda de aumento de preços dos alimentos e reduzindo à mendicância extensas massas populacionais – as mesmas que depois serão agraciadas pelas Leis dos Pobres.

Também é digno de nota que N. Wood demonstre simpatia pelas pontuais providências assistencialistas do Estado Tudor, sublinhando seu vanguardismo. Tal demonstração é especiosa. É verdade que o período foi marcado por consistentes medidas, por parte do Estado, de atenção à “questão social”. Por outro lado, tais medidas precisam ser compreendidas como uma resposta às transformações socioeconômicas da acumulação primitiva: não apenas a *criação* de uma população de miseráveis, em virtude da ascensão da pecuária mercantil, mas também o desmonte da rede eclesiástica de assistência que funcionava desde o medievo. Em especial, existe abundante evidência mostrando que os mosteiros e casas religiosas – parte da visão religiosa do mundo que Christopher Hill fica feliz em ver destroçada – desempenhavam uma série de funções junto às comunidades aldeãs, inclusive administrando cuidados

---

60 Apud. N. Wood, op. cit. p. 57

61 Apud. N. Wood, op. cit. p. 62

regulares e permanentes aos “idosos, enfermos e viúvas”<sup>62</sup>. Ora, com a Reforma Inglesa, especificamente a partir de 1536, começa o desmonte das casas religiosas e, assim, a destruição das formas medievais de assistência. A partir desse ponto, o Estado Tudor precisa intervir na “questão social” na medida que inviabiliza as formas pré-modernas de lidar com ela a nível local – formas que existiam muito antes dos “reformadores” de N. Wood, e que funcionavam a despeito de qualquer materialismo moderno. Mais uma vez, vemos um juízo positivo sobre o processo de modernização ser emitido através do sacrifício de uma parte fundamental da evidência disponível.

Através dos exemplos de A. Wood, Hill e N. Wood, torna-se possível caracterizar a abordagem típica da historiografia sobre a alvorada da modernidade. Evidentemente, existem autores indiferentes à valoração da modernidade, ou cuja preocupação central é caracterizá-la e descrevê-la, e não avaliar seu sentido civilizatório. Mesmo nesses casos, contudo, não é incomum uma falta de rigor quando o assunto são as “pessoas comuns” – é o caso do já citado Hindle, que, apesar de conceitualmente muito cuidadoso, em certos momentos parece exagerar a representatividade dos processos de transformação envolvendo as elites aldeãs que estão no centro dos fenômenos que descreve<sup>63</sup>.

### **Peter Linebaugh e Marcus Rediker: os inimigos da acumulação primitiva**

Uma voz que destoa da caracterização acima é a obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *A Hidra de Muitas Cabeças*.<sup>64</sup> A alusão à criatura mitológica no título é inspirada nos relatos das elites políticas e intelectuais da alvorada da modernidade, nos documentos em que procuravam caracterizar as massas que ou bem ficavam nas margens do processo de modernização, ou bem resistiam ativamente a ele: os “comuneiros despossuídos, condenados transportados, servos por contrato, radicais religiosos, piratas, trabalhadores urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos [eram] as numerosas e sempre mutáveis cabeças do monstro”<sup>65</sup>. Nesse sentido, a atenção dos autores recai justamente sobre a mais representativa parcela das “pessoas comuns” desconsiderada pelo emprego tendencioso do conceito exemplificada acima –

---

62 Fletcher, MacCulloch, op. cit. p. 42. Bucholz, Newton, op. cit. p. 86.

63 É o que se passa, por exemplo, quando fala dos interesses políticos e econômicos da elite em termos de uma “necessidade social” que pressiona para o crescimento do Estado. Hindle, op. cit. p. 16.

64 Linebaugh, Rediker, op. cit.

65 Ibid. p. 4.

sobre os inimigos da acumulação primitiva.

Trata-se de uma mudança significativa de perspectiva diante da literatura sobre o período, empreendida de caso pensado. Os sujeitos históricos de Linebaugh e Rediker não se tornam historicamente significativos por supostamente interagirem construtivamente com os processos econômicos do capitalismo nascente, mas por serem alvo da violência modernizadora, perecerem sob ela, e se rebelarem contra ela. A documentação mobilizada é em grande parte indireta: aprofundando as implicações da escolha do título, os relatos raivosos e temerosos das elites são postos para funcionar contra si mesmos, e os autores extraem daí, negativamente, o sentido emancipatório das ações que, longe da atenção de Hill e N. Wood, os grandes homens condenavam como rebeldia injustificada, selvageria arcaica, irreligiosidade, etc. Ao mesmo tempo, evidências da brutalidade da acumulação primitiva de capital entram constantemente na análise documental, de tal modo a tornar visível o teor de classe dos agentes históricos que, apenas devido à sua posição de capitães da modernização, foram capazes de legar testemunho ao historiador.

Assim, nas páginas da *Hidra*, os pioneiros americanos são uma tripulação de expropriados maltrapilhos e insurrectos, que não demoraram a reconhecer nos povos do Novo Mundo um análogo da sociedade comunal europeia desmontada pela acumulação primitiva<sup>66</sup>, de tal modo que fugiam aos montes para viver com os indígenas, algo que a Companhia das Índias tratava como “sequestros” perpetrados pelos “selvagens”. A Guerra Civil inglesa é descrita como um processo no qual os setores populares, armados pela classe média, pressionavam por oportunidades de fazer valer suas demandas, e influenciaram o rumo dos acontecimentos através da escolha democrática dos comandos militares<sup>67</sup>. Francis Bacon é lembrado como autor de “teoria da monstruosidade”<sup>68</sup>, através da qual pretendia demonstrar que “as pessoas selvagens são como bestas e pássaros, feras naturais cuja propriedade passa com a posse, e vai para o ocupante”<sup>69</sup>. De forma semelhante, John Locke e David Hume são colocados ao lado de figuras como William Petty e Morgan Godwyn: praticantes e/ou propagandistas das ciências modernas, por um lado, e teorizadores da supremacia racial branca, por outro<sup>70</sup>. A

---

66 Ibid. p. 24.

67 Ibid. p. 105.

68 Ibid. p. 40.

69 Bacon, Francis. *Of an Holy War*. Apud. Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 61.

70 Linebaugh, Rediker, op. cit. p. 139.

presença do elemento feminino nas revoltas populares é resgatada através da simples opção por atentar a documentos usualmente desprezados, por tratarem do populacho caótico brigando por comida, pregando o milenarismo, em geral indiferente à construção das instituições modernas, ou lutando ativamente contra ela<sup>71</sup>.

### **A perspectiva de crítica à ideologia progressivista**

Em virtude dessa mudança de perspectiva, a obra de Linebaugh e Rediker oferece uma visão alternativa à tradição de interpretação da alvorada da modernidade – mas também fornece subsídios historiográficos para uma avaliação do sentido do nascimento do pensamento moderno. Seu trabalho realiza uma crítica contumaz à historiografia do progresso, e com isso deixa a sugestão de que é possível colocar a ideologia entusiasmada com as origens do iluminismo em contato com o conteúdo repressivo do projeto intelectual das elites que a formularam – não tanto visando desmentir ou denunciar a *falsidade* do republicanismo, da consciência social, dos valores científicos, mas tentando mostrar a *funcionalidade* dessas ideias para o processo de acumulação primitiva de capital.

Essa última abordagem é sugerida pelo tratamento dispensado por Linebaugh e Rediker a autores como Francis Bacon, cujo discurso político de apologia e propaganda da colonização foi construído lado a lado à sua afamada e progressista teoria do conhecimento. A questão é se tal paralelismo é apenas uma coincidência cronológica – ou seja, calhou de Bacon se interessar pelas ciências experimentais, ao mesmo tempo que era acionista da Companhia da Virgínia e oficial da justiça monárquica – ou envolve uma conexão filosófica profunda. Christopher Hill, como vimos, insiste na segunda possibilidade: figuras como Bacon foram na verdade sistematizadoras de um ideário coletivamente construído pelos setores sociais envolvidos nas transformações econômicas do período<sup>72</sup>. Contudo, Hill, e também N. Wood, insistem nessa conexão entre teoria e prática apenas na medida que isso contribui para o argumento sobre a gênese inglesa do iluminismo *avant la lettre*, sobre o potencial transformador e progressista da cultura burguesa. Mas se é possível demonstrar que o contato com as “artes mecânicas”, com os problemas do governo, com a representação parlamentar, etc., estavam na raiz do pensamento moderno, também deve ser possível explorar a

---

71 Ibid. p. 64.

72 Hill, op. cit. p. 96



hipótese de que tal pensamento não permaneceu cego, indiferente e desconectado da acumulação primitiva de capital, uma vez que o avesso da ação de classe para “desenvolver” a economia foi o desencadeamento da violência econômica e extraeconômica contra as pessoas comuns (no caso, sem aspas).

Assim, a cultura burguesa da alvorada da modernidade teria que ser lida, por um lado mantendo a atenção em suas contribuições para o ideário esclarecido e, por outro, para a acumulação primitiva de capital, não de modo a contrastar as duas dimensões, mas de modo a descobrir os liames conceituais entre elas. O interesse de tal abordagem consistiria simplesmente em não isolar o suposto progressismo dos pensadores em pauta de seu papel histórico enquanto representantes do capitalismo emergente. Tratar-se-ia de buscar a conexão entre o republicanismo, o materialismo e a suposta consciência social dos primeiros elaboradores de um pensamento propriamente moderno com os horrores da acumulação primitiva.

### ***Dialética do Esclarecimento: limites e potencial para uma historiografia da modernidade***

Em certo sentido, tal sugestão vai de encontro à *Dialética do Esclarecimento* de Theodor Adorno e Max Horkheimer. Esses autores intencionavam, afinal, realizar uma crítica do esclarecimento – da cultura e da civilização burguesa – tendo em vista o fato consumado da realização do projeto civilizacional esclarecido simultaneamente ao desencadeamento de processos sociais de dominação e destruição sistêmicos. Desde o ponto de vista do projeto intelectual, diziam, o iluminismo havia chegado à sua completude; contudo, o resultado civilizacional disso era catastrófico: “a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma catástrofe triunfal”<sup>73</sup>. Diagnosticavam uma “recaída do esclarecimento na mitologia”; ao mesmo tempo, estavam cientes de que “o esclarecimento exprime o movimento real da sociedade burguesa como um todo”<sup>74</sup>, de tal modo que seria necessário procurar a causa da derrocada espiritual contemporânea não em algum desvio de percalço, mas “no próprio esclarecimento”<sup>75</sup>.

---

73 Adorno, T. W. Horkheimer, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 19.

74 Ibid. p. 14.

75 Ibid. p. 13.

Tal mote geral da *Dialética do Esclarecimento* está epistemologicamente próximo ao campo indicado na historiografia da alvorada da modernidade por Linebaugh e Rediker. A atenção desses últimos autores à violência do processo civilizatório capitalista, e sua circunscrição, no seio dessa violência, da elite letrada, e de sua produção científica e filosófica, comunica-se com a intenção frankfurtiana de descobrir no próprio esclarecimento uma chave de leitura para os horrores da modernização capitalista. Isso sugere que seria proveitoso submeter algumas das teses frankfurtianas ao escrutínio historiográfico no contexto da acumulação primitiva de capital, especialmente tendo em vista que um dos principais representantes do pensamento esclarecido na *Dialética do Esclarecimento* é Francis Bacon, autor também privilegiado por Christopher Hill, e por Linebaugh e Rediker.

Debrucemo-nos brevemente sobre o tratamento dispensado a Francis Bacon no capítulo inicial da *Dialética do Esclarecimento*. Introduzido logo no primeiro parágrafo do primeiro capítulo da obra, Bacon aparece designado por Voltaire como “o pai da filosofia experimental”<sup>76</sup>, e pelos autores frankfurtianos como alguém que reuniu os “diferentes temas” do esclarecimento: “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber”<sup>77</sup>. Vale sublinhar que é justamente por esse motivo que Bacon é alvo da admiração de Hill, como vimos. Segundo os autores frankfurtianos, o sentido daquela dissolução, e daquela substituição, seria resumível em termos de uma ciência *eficaz*, uma forma de saber cuja capacidade metodologicamente garantida de produzir efeitos na realidade se deve à observação, catalogação e reprodução dos comportamentos naturais. Trata-se da conhecida equiparação baconiana entre saber e poder<sup>78</sup>. É da repressão à imaginação que depende a observação acurada, o apego ao mero fato, e é do desencantamento da natureza que depende o ponto de vista distanciado que a torna um ambiente próprio para o exercício irrestrito do poder de produzir efeitos.

Ao mesmo tempo, a ciência eficaz baconiana recebe de Adorno e Horkheimer uma interpretação sociológica: “do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários”<sup>79</sup>. O ponto de encontro entre essa interpretação sociológica e a

---

76 Apud. *ibid.* p. 19.

77 *Ibid.* p. 19

78 Bacon, Francis. **The new organon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 33.

79 Adorno, Horkheimer, *op. cit.* p. 20

caracterização filosófica que expusemos no parágrafo anterior é uma tese sobre a natureza da abstração nas ciências.

Os autores frankfurtianos argumentam que a abstração é a ferramenta fundamental que viabiliza a repetibilidade dos procedimentos técnicos da ciência eficaz. Partem da ideia de que a elaboração de leis naturais com validade universal depende da “explicação de todo acontecimento como repetição”<sup>80</sup> – ou seja, como uma lei natural que versa sobre casos gerais –, o que só é possível através de um procedimento que abstrai, que “elimina o incomensurável”<sup>81</sup> nas coisas de tal modo que “o que [é] diferente é igualado”<sup>82</sup>. Daí, parecem desenvolver um raciocínio por analogia, quando afirmam que o procedimento intelectual de encontrar o semelhante no que é diferente envolve uma operação idêntica à “mediação universal” envolvida na troca de mercadorias<sup>83</sup>. Trata-se, aí, da evocação de uma caracterização feita por Karl Marx no Volume 1 do *Capital*: a troca de mercadorias compreende a equiparação entre duas coisas distintas desde o ponto de vista qualitativo, mas que são comensuráveis desde o ponto de vista *quantitativo* do tempo de trabalho necessário para produzi-las. Devido à primazia da operação de troca na organização social burguesa, ocorreria que “não apenas são as qualidades dissolvidas no pensamento, mas os homens são forçados à real conformidade.”<sup>84</sup>

Quer dizer: a submissão da natureza à abstração das qualidades e à igualdade formal no discurso científico tem um paralelo sociológico sob a forma da centralidade da mercadoria na reprodução social e na compra e venda de força de trabalho. Afinal,

... o preço [da] vantagem que é a indiferença do mercado pela origem das pessoas que nele vêm trocar suas mercadorias [inclusive sua força de trabalho, diríamos] é pago por elas mesmas ao deixarem que suas possibilidades inatas sejam modeladas pela produção das mercadorias que se podem comprar no mercado.<sup>85</sup>

Mas embora seja interessante e ilustrativo, esse argumento tem a fragilidade de estar baseado num fundamento analógico. Os autores realizam a escolha deliberada de descrever o comportamento epistemológico prescrito por Francis Bacon em termos

---

80 Ibid. p. 26.

81 Ibid. p. 27.

82 Ibid. p. 26.

83 Ibid. p. 27.

84 Idem.

85 Idem.

evocativos da crítica marxiana à forma mercadoria, e então prosseguem sugerindo justamente essa similitude formal. Mas os processos envolvidos na introdução da forma mercadoria enquanto princípio de organização social são absolutamente incomensuráveis com os processos envolvidos no estabelecimento de uma cultura cognitiva determinada. De um lado, temos fenômenos históricos e políticos complexos – justamente, os objetos do conceito marxiano de “acumulação primitiva de capital” –; do outro lado, temos – para usar a expressão de Descartes – meras “regras para a direção do espírito”. Para que aceitássemos a analogia frankfurtiana como algo mais do que uma mera similitude em termos de forma estética, teríamos que supor um ponto de encontro material entre essas duas dimensões – entre a conformação concreta do capitalismo e o pensamento científico. Esse ponto de encontro não aparece na argumentação da *Dialética do Esclarecimento*, que oscila ao longo de uma temporalidade demasiado ampla – desde a Grécia arcaica até a Alemanha nazista – para permitir qualquer análise sociológica rigorosa. Dessa forma, é como se Adorno e Horkheimer trabalhassem com a ideia de uma racionalidade que se impusesse sobre a realidade social ao longo de uma temporalidade ampla, sendo que o problema do estatuto dessa racionalidade, seja desde o ponto de vista metafísico, seja desde o ponto de vista sociológico, é ignorado.

Parece-nos, contudo, que é possível atravessar essa deficiência do argumento frankfurtiano, preservando parte do ganho cognitivo por ele sugerido. Se, superando as parcialidades da historiografia da alvorada da modernidade, nos propuséssemos a ler Francis Bacon e os demais formuladores do período não apenas desde a ótica de sua filiação aos problemas da deflagração do espírito científico e da suposta liberdade de pensamento, mas também como membros de uma elite de empreendedores e burocratas, poderíamos encontrar justamente o enraizamento do pensamento esclarecido na prática social moderna. Assim, poderíamos trazer à tona mecanismos históricos concretos – as ações do Estado moderno, as providências das classes proprietárias – que fundamentariam as analogias entre o discurso filosófico e as lógicas de funcionamento da sociedade burguesa.

Um exemplo do tipo de problema que buscamos indicar é a reflexão explícita sobre a relação entre o processo de desenvolvimento intelectual moderno e a conformação de uma sociedade propriamente capitalista na obra de Francis Bacon. Em

sua *opera magna* sobre a ciência experimental, o *Novo Organon*, Bacon compara a constante transformação implicada pelo fazer científico – o desenvolvimento intelectual do qual Hill, Brenner, e N. Wood são tão grandes entusiastas – com as transformações sociopolíticas. “A melhora nas condições políticas”, nos diz Bacon, “usualmente envolve violência e distúrbios, enquanto que as descobertas trazem bênçãos e benefícios sem causar injúria ou tristeza”<sup>86</sup>. De fato, “nas coisas civis, a mudança, mesmo que para melhor, é verdadeiramente suspeita, devido às perturbações que causa. Pois a política está baseada na autoridade, no consentimento, na reputação e na opinião, e não na demonstração. Porém, nas artes e ciências, tal qual em uma mina, deve haver sempre o ruído das novas obras e do progresso crescente”<sup>87</sup>.

A novidade tem, portanto, sentido dúbio, e seu valor precisa ser modulado. Afinal, no período Tudor, as enormes transformações econômicas e tecnológicas por que passava a Inglaterra eram acompanhadas por um incremento da centralização política em torno da Coroa e das novas elites econômicas, e não por um alargamento da elite política. Essa situação foi expressa eloquentemente numa formulação de John Whitgift, Arcebispo de Canterbury, e tutor de Bacon em Cambridge, num diagnóstico da sucessão de rebeliões populares da época: “o povo é inclinado às novidades e às facções, e está sempre pronto a receber a doutrina que parece contrária ao estado presente, e favorável à liberdade”<sup>88</sup>.

O contraste entre o conservadorismo político e o progressismo cognitivo – posição embaraçosamente usual entre os pináculos do Iluminismo – nos diz alguma coisa sobre o problema das finalidades da ciência. A figura improvável sugerida pela filosofia baconiana seria a da produção científica de uma abundância material indefinida que erradicaria o estado de “miséria e pobreza” em que se encontra a humanidade, mas deixando incólume todas as “coisas civis” – em termos marxianos, um “desenvolvimento das forças produtivas” que não entrasse em contradição com as “relações de produção”. Evidentemente, tal constatação conspira fortemente contra o

---

86 Bacon, *New Organon*, 1.129

87 Bacon, *New Organon*, 1.90. Passagem de sentido idêntico se encontra nos *Ensaio*s: “Seria bom que os homens em suas inovações seguissem o exemplo do próprio tempo, que de fato inova grandemente, mas tranquilamente, em graus quase imperceptíveis (...) Também é bom não tentar experimentos nos Estados, exceto se a necessidade for urgente, ou a utilidade evidente. E é bom ter em conta que (...) a inovação, embora não seja rejeitada, seja ao menos vista como suspeita”. Bacon, *Essays*, p. 65.

88 Citado em: Fletcher, Diarmaid, op. cit., p. 6.

papel que Francis Bacon desempenha na obra de Christopher Hill, e dos demais intelectuais marxistas entusiastas da modernidade intelectual.

Adorno, T. W. Horkheimer, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985

Bacon, Francis. **The new organon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

Berman, Marshall. **All that is solid melts into air**. New York: Penguin Books, 1988

Braddick, Michael J. **State formation in Early Modern England, 1550-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

Brenner, Robert. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. **Past & Present**, No. 70 (Feb., 1976), pp. 30-75

Brenner, Robert. **Merchants and revolution**. London: Verso, 2003

Bucholz, R. O. Key, Newton. **Early modern England, 1485-1714: a narrative history**. Oxford: Blackwell, 2004

Cave, Alfred A. **Lethal encounters. Englishmen and Indians in colonial Virginia**. Santa Barbara: Praeger, 2011

Comninel, George C. “English Feudalism and the Origins of Capitalism”. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 27, No. 4, July 2000

Dimmock, Spencer. **The origin of capitalism in England, 1400-1600**. Boston: Brill, 2014

Fletcher, Anthony. MacCulloch, Diarmaid. **Tudor Rebellions**. London: Pearson, 2008

Hill, Christopher. **Intellectual Origins of the English Revolution**. New York: Oxford University Press, 1980

Hilton, Rodney. **Bond men made free**. London: Routledge, 2003

Hindle, Steve. **The State and Social Change in Early Modern England, 1550-1640**. New York: Palgrave, 2002

Linebaugh, Peter. Rediker, Markus. **The many-headed hydra. Sailors, slaves, commoners and the hidden history of the revolutionary Atlantic**. Boston: Beacon Press, 2000

Marx, Karl. “The British Rule in India”. In: **New-York Herald Tribune**, June 25, 1853. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>.

Acesso em setembro de 2018

Marx, Karl. Engels, Friedrich. “Demands of the communist party in Germany”. Março de 1848, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/03/24.htm>

Marx, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010

Marx, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2017

Rocha de Oliveira, Pedro. **Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna. Estudo sobre a acumulação primitiva de capital**. Rio: PUC-Rio; São Paulo:, Loyola, 2018

Wood, Andy. **The 1549 Rebellions and the Making of Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

Wood, Neal. **Foundations of political economy: some early Tudor views on state and society**. London: University of California Press, 1994